

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXXVI - 28 DE SETEMBRO DE 2018



Após um árduo processo de negociação e mobilizações por justiça para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás que contribuíram para os resultados da empresa em 2017, os gestores finalmente concordaram em estender o pagamento da PR para os companheiros da Araucária Nitrogenado (Fafen-PR). Na última sexta-feira (21), a FUP e seus sindicatos assinaram o Termo de Quitação da PLR 2017, garantindo o pagamento para todos os trabalhadores, sem deixar nenhum petroleiro de fora.

Em carta-compromisso, a Petrobrás garante que irá orientar os gestores da Araucária Nitrogenados a aprovarem em Assembleia Geral Extraordinária a assinatura do Termo de Quitação, bem como do Acordo de Metodologia da PLR, que tem vigência até março de 2019. A Assembleia já está sendo convocada para que seja realizada o mais rápido possível.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO

Os trabalhadores da Petrobrás, Transpetro e P-Bio receberão a quitação da PLR 2017 no próximo dia 28. Os trabalhadores da TBG, receberão no dia 02 de outubro e os trabalhadores da Fafen-PR receberão tão logo o Termo de Quitação e o Acordo de Metodologia sejam assinados.

**PLR:
CONQUISTA
DE TODOS
PARA TODOS**

Veja nesta edição:

2 Editorial: Missão: desmascarar os 50 tons de Temer!

4 O que dizem os presidenciais em relação a trabalho, previdência e investimentos no Brasil



EDITORIAL

Missão: Desmascarar os 50 Tons de Temer!

"50 Tons de Temer!". Foi assim que o valoroso candidato à presidência da República, Guilherme Boulos (PSol), se referiu à maioria dos presidenciáveis presentes no primeiro debate eleitoral de 2018. Segundo Boulos, esses candidatos representariam a continuidade de um mesmo projeto, por mais que estejam pulverizados em outros partidos e que tenham feito de tudo para se afastar da imagem do atual presidente. Mas, afinal, não seria seu candidato um Temer enrustido?

Bater no Temer é muito fácil. Trata-se do presidente com maior rejeição da história do País, alçado ao poder de forma ilegítima por meio de um golpe. Além do pouco carisma e de uma galeria extensa de denúncias de corrupção, Temer encabeçou uma série de reformas nada populares e promoveu um aprofundamento da crise. Quem seria idiota de ter um cara desses como cabo eleitoral?

É justamente por isso que nossa atenção tem de ser redobrada na escolha de nossos candidatos, seja para o Executivo, seja para o Congresso Nacional. Muitos desses, que hoje renegam Temer, comemoravam sua ascensão por meio do impeachment de Dilma. Muitos desses, que hoje evitam sequer citar o nome de Michel, votaram a favor de suas reformas e apoiaram suas medidas. Muitos desses, que hoje preferem chutar esse cachorro morto, rezaram para que Temer aprovasse a Reforma da Previdência. Muitos desses, que hoje pregam a ética e a "nova política", tiveram seus partidos negociando com o tão odiado vampiro no Palácio do Jaburu.

Michel Temer, definitivamente, não é nenhum injustiçado e merece figurar nas páginas mais deploráveis da nossa história. Entretanto, seu governo não foi um desastre por Temer ser quem ele é, mas sim por representar um projeto político bem claro: golpista, privatista e destruidor de conquistas do povo.

Além de votar em candidatos que se posicionem claramente contra esse projeto tão prejudicial ao Brasil, teremos outra importante tarefa nessas eleições: desmascarar esses milhares de tons de Temer!

INFORMES

Governo Temer quer vender 16,5 bilhões de barris de petróleo as vésperas das eleições

Uma semana antes do primeiro turno das eleições, o governo Temer coloca à venda mais 16,5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal, em um novo leilão que será realizado nesta sexta-feira (28) pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Será a 5ª Rodada de Licitação do pré-sal.

A FUP ajuizou uma Ação Civil Pública denunciando os prejuízos para o Brasil da 5ª Rodada de Licitação do Pré-Sal na última terça-feira (25). Representantes da Federação também irão participar, no mesmo dia do leilão, de audiência pública no STF para debater a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu as vendas de ativos e privatizações de empresas estatais, sem autorização do Poder Legislativo.

Para protestar contra a desnacionalização da maior descoberta de petróleo da atualidade, os petroleiros realizam um dia nacional de luta nesta sexta-feira (28), com atos e mobilizações em todo o País.

Serão leiloados cinco blocos nas Bacias de Santos e de Campos: Saturno, Titã, Pau Brasil e Tartaruga Verde. Das 12 petrolíferas que participarão do leilão, a única brasileira é a Petrobrás, que disputará as reservas descobertas pela empresa com as petrolíferas norte-americanas ExxonMobil e Chevron, as britânicas BP e Shell, as chinesas CNOOC e CNPC, a norueguesa Equinor, a alemã Wintershall, a qatariana QPI, a francesa Total e a colombiana Ecopetrol.

Segundo estimativas feitas pelo Dieese, o preço médio ofertado por barril de petróleo ficará em torno de R\$ 0,40, variando entre R\$ 0,12, no bloco de Pau-Brasil, e R\$ 0,51, nas áreas de Saturno e Titã, consideradas as mais produtivas.

CALENDÁRIO 2018

SETEMBRO

28: Audiência pública no STF para discutir a liminar que proíbe a privatização de empresas estatais de capital aberto no país sem autorização do Poder Legislativo;

28: 5ª Rodada Leilão do pré-sal das bacias de Santos e Campos, que vai vender 16,5 bilhões de barris de petróleo;

29: Ato das Mulheres Contra o Bolsonaro, às 14h, na Praça Sete, em BH;

OUTUBRO

03: Apresentação do Coral da Regap/Petrobrás na sede do Sindipetro/MG em homenagem ao aniversário da estatal;

07: Eleições 2018;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Stacla, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetro.org.br - sindipetro@sindipetro.org.br

O golpe de 2016 vendeu à população brasileira uma falsa saída para resolver os problemas da estagnação econômica e do alto índice de desemprego no País, que chegou a atingir 13 milhões de pessoas: a reforma trabalhista e o teto dos gastos do governo, que congelou investimentos por 20 anos.

Dois anos depois do golpe, vemos que os dois projetos, aprovados a toque de caixa, só contribuíram para mais desemprego, menos arrecadação de impostos e piora na qualidade de vida da classe trabalhadora e dos brasileiros mais pobres. Em agosto, segundo o IBGE, a força de trabalho subutilizada ficou em 24,6%, o que significa que falta trabalho para 27,6 milhões de brasileiros. Deste total, 12,9 milhões estão desempregados, 6,6 milhões subocupados (pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana) e 8,1 milhões que poderiam trabalhar mais, mas não trabalham (força de trabalho potencial). Este último grupo inclui os 4,8 milhões de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego).

Já a PEC 55/2016, conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, estabeleceu um limite de gastos do Governo Federal por 20 anos. Ou seja, até 2036 os gastos federais deverão manter os valores de 2016, corrigidos apenas pela inflação do ano.

O projeto impacta diretamente áreas como saúde, educação, segurança e políticas sociais. Além de reduzir a circulação de dinheiro no País, a PEC do teto impede a melhoria dos serviços públicos que são essenciais para a população, agravando problemas sociais e econômicos.

Enquanto corta recursos que impactam na vida do povo, o governo golpista se preocupa em pagar altos juros da dívida pública. Segundo informações da Agência Brasil, em 2018, o orçamento da União prevê R\$ 3,57 trilhões para gastos federais, sendo que R\$ 1,16 trilhão se destinam ao refinanciamento da dívida pública. Do restante, apenas R\$ 112,9 bilhões são destinados aos investimentos públicos. Os gastos com Previdência somam R\$ 585 bilhões e o pagamento da dívida pública chega a R\$ 316 bilhões.



O QUE PIOROU DEPOIS DO GOLPE DE 2016?



11% FOI O AUMENTO DA MORTALIDADE INFANTIL EM 2017, DEPOIS DE 13 ANOS DE QUEDA

SAÚDE

Queda de 17% da participação da saúde no orçamento da União em 2017. Também houve redução de 33% dos recursos para saneamento básico (metade dos brasileiros ainda não possui esgoto coletado em suas casas e 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada). Mortalidade infantil aumentou 11% em 2017, após 13 anos seguidos de queda



170 MIL ESTUDANTES ABANDONARAM O CURSO POR NÃO PODER PAGAR DEPOIS DOS CORTES NO PROUNI

EDUCAÇÃO

O orçamento destinado à educação pública em 2018 teve redução de 32%, impactando universidades, institutos federais e o desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil. O incêndio do Museu Nacional foi a consequência mais grave deste corte de gastos. Segundo a Lei Orçamentária Anual para 2019, o MEC terá um orçamento de R\$ 20,8 bilhões, um corte de 12% em relação a 2018. Somente no primeiro ano do governo golpista, 80 mil bolsas foram cortadas do ProUni. Segundo o IBGE, mais de 170 mil estudantes abandonaram seus cursos em 2017 por não poderem pagá-los.



23,5 BILHÕES FOI O VALOR INVESTIDO NO MCMV EM 2015. 94,9% É A REDUÇÃO DE INVESTIMENTO NO PROGRAMA DE 2015 A 2018

MORADIA

O Minha Casa Minha Vida teve uma redução brusca em seu orçamento: desde 2015, foi cortado 94,9% da verba destinada ao programa. O orçamento para 2017 previu R\$ 5,2 bilhões para o programa habitacional, sendo que somente R\$ 2,26 bilhões foram empenhados e o restante foi contingenciado. Para 2019, a previsão de gastos para o programa é de R\$ 4,5 bilhões.



1,2 BILHÃO GASTO. 4 POLICIAIS E 32 CIVIS MORTOS NA INTERVENÇÃO MILITAR DO RJ

SEGURANÇA

Em fevereiro de 2018, Michel Temer decretou intervenção militar no Rio de Janeiro, colocando as polícias civil e militar do Estado sob comando do Exército Brasileiro. Sete meses depois da intervenção "temporária", quatro policiais e 32 civis foram mortos pela intervenção, segundo dados oficiais.

Já conforme relatório do Observatório da Intervenção, divulgado em agosto, 736 pessoas já haviam sido mortas. O governo federal investiu R\$ 1,2 bilhão na intervenção do Rio, valor usado principalmente na compra de munições, armas e veículos.



2 MILHÕES DEIXARAM DE RECEBER O BOLSA-FAMÍLIA. 95% FOI O CORTE DO PROGRAMA DE CISTERNAS

PROGRAMAS SOCIAIS

Corte de 11% do orçamento do Bolsa Família, o que tirou 2 milhões de famílias do programa. O governo também cortou verba do programa Luz para Todos: entre janeiro e maio de 2017, o governo investiu apenas R\$ 75 milhões do orçamento de R\$1,1 bilhão para novas instalações de luz elétrica, praticamente paralisando o programa. Em 2017, o governo cortou 95% do programa de cisternas, o mais reconhecido programa de combate à seca no semiárido, gerando uma fila de espera de 350 mil famílias, segundo a Articulação do Semiárido.



12,9 MILHÕES DE BRASILEIROS ESTÃO DESEMPREGADOS. R\$17 FOI O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO EM 2018

EMPREGO E SALÁRIO

Em agosto de 2018, segundo o IBGE, a força de trabalho subutilizada ficou em 24,6%, o que significa que falta trabalho para 27,6 milhões de brasileiros. São 4,8 milhões de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego).

O reajuste do salário mínimo em 2018 foi o menor dos últimos 24 anos, aumentando apenas R\$ 17 o salário de 45 milhões de brasileiros e de 66% dos aposentados, passando para R\$ 954.



O QUE DIZEM OS PRESIDENCIÁVEIS EM RELAÇÃO AO TRABALHO, PREVIDÊNCIA E INVESTIMENTOS NO BRASIL

FERNANDO HADDAD (PT)



TRABALHO: Vai revogar os pilares da reforma trabalhista, como o estímulo à "pejotização", à terceirização e a vedação de acesso à Justiça Trabalhista; retomar a política de valorização do salário mínimo; elaborar um novo Estatuto do Trabalho; valorizar sindicatos e associações de trabalhadores e empresários na orientação para a qualificação profissional.

PREVIDÊNCIA: rejeita uma reforma da Previdência, pois entende que o déficit pode ser superado a partir do combate à sonegação de impostos e da retomada da economia, com incentivo à formalização do trabalho. Admite discutir os regimes de previdência próprios, especialmente dos Estados, mas com ampla participação da sociedade. Também propõe conter a terceirização do setor público.

INVESTIMENTOS: vai retomar investimentos em obras públicas para geração de emprego e renda (8 milhões em quatro anos); retomar investimentos da Petrobrás, do programa Minha Casa, Minha Vida; reforçar investimentos no Bolsa-Família, incluindo aqueles que voltaram à pobreza; criar linhas de crédito com juros e prazo acessíveis para atender as famílias que se encontram no cadastro negativo.



CIRO GOMES (PDT):

TRABALHO: irá rever a legislação trabalhista, alterada pela reforma trabalhista; promete criar 2 milhões de empregos no primeiro ano de governo, usando recursos do FGTS para estimular contratação de mão-de-obra; incentivar empresas e trabalhadores a realizar contratos de trabalho mais longos, estimular aumentos na produtividade e diminuir a insegurança jurídica.

PREVIDÊNCIA: defende a reforma da Previdência no modelo de capitalização e propõe a criação de um sistema único de Previdência, sob vigilância de agências de risco. Defende um programa que combine renda mínima (até um salário mínimo), repartição (até a faixa de 3,5 salários mínimos) e capitalização (para valores acima disso).

INVESTIMENTOS: afirma que o Estado deve ser indutor do desenvolvimento e vai investir pelo menos 5% do PIB em infraestrutura; pretende investir em obras de infraestrutura cerca de R\$ 300 bilhões ao ano; implantar o Projeto Nacional de Desenvolvimento, com foco no combate à desindustrialização. Defende investimentos em cinco setores para gerar empregos. Vai reforçar o programa Minha Casa, Minha Vida com recursos adicionais e "limpar" o nome dos brasileiros no cadastro de inadimplentes do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), para estimular o consumo.



GERALDO ALCKMIN (PSDB)

TRABALHO: vai manter a reforma trabalhista; afirma que irá dobrar a renda da população depois de um tempo pré-determinado, ainda a ser definido.

PREVIDÊNCIA: vai fazer a reforma da Previdência no primeiro ano do governo, com idade mínima, aumento de contribuição e manutenção do sistema de repartição, segundo o coordenador do programa econômico de governo, Persio Arida. Quer criar regime único de previdência para servidores públicos e trabalhadores do setor privado, sendo que o teto do INSS será o benefício máximo. Acima do teto, será previdência complementar facultativa.

INVESTIMENTOS: dará prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada. O candidato é crítico da PEC do Teto dos Gastos, mas afirmou em entrevista que não irá revogá-la (seu partido votou a favor do projeto).

JAIR BOLSONARO (PSC)



TRABALHO: votou a favor da reforma trabalhista como deputado. Em seu plano de governo, afirma que vai criar uma carteira de trabalho verde e amarela para novos trabalhadores: os jovens poderão escolher entre a carteira de trabalho tradicional (azul), mantendo o ordenamento jurídico atual, ou a nova carteira, onde o contrato individual prevalece sobre a CLT. Afirmou em entrevista que homens e mulheres devem ter salários diferentes, já que as mulheres engravidam e possuem licença-maternidade. O candidato se absteve na votação do projeto que permite a terceirização irrestrita.

PREVIDÊNCIA: é a favor de uma reforma e propõe capitalizar a Previdência com operacionalização feita por instituições financeiras privadas, segundo seu economista Paulo Guedes. Já afirmou em entrevista que os militares devem ficar de fora da Reforma da Previdência. A previdência privada deverá ser regulada pelo governo, com uma carteirinha "verde-amarela", fora do INSS e sem encargos trabalhistas para as empresas. O trabalhador poderá escolher entre o sistema novo e o atual modelo; defende idade mínima para aposentar; vai criar um fundo com recursos da privatização para custear a transição para um novo sistema de Previdência.

INVESTIMENTOS: vai investir em pesquisa nas universidades; não detalha nenhum outro investimento em seu programa de governo. Bolsonaro votou a favor da PEC 241, ou PEC do Teto dos Gastos, que limitou os gastos do governo por 20 anos.



MARINA SILVA (REDE)

TRABALHO: é a favor da Reforma Trabalhista, mas diz que vai alterar alguns pontos da lei como, por exemplo, o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres. O economista Eduardo Gianetti, um dos responsáveis pelo programa de governo, no entanto, defende a orientação geral da reforma aprovada pelo governo Michel Temer e diz que é preciso simplificar a legislação trabalhista.

PREVIDÊNCIA: é a favor de uma reforma. Quer unificar regras do setor público e privado e adotar um regime de capitalização. Apesar de não constar em seu programa de governo, diz que irá definir idade mínima para homens e mulheres.

INVESTIMENTOS: vai priorizar obras de infraestrutura com rápida e significativa criação de empregos formais e que favoreçam as perspectivas de crescimento da economia no médio e longo prazo, como obras de saneamento e transportes.

*Para este material, foram pesquisadas informações dos cinco primeiros colocados nas pesquisas eleitorais. As informações foram retiradas dos planos de governo dos candidatos à presidência divulgado pelo TSE e de entrevistas concedidas pelos candidatos.